

ATA Nº. 13

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO
ENTRONCAMENTO, REALIZADA EM
28-09-2015**

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano dois mil e quinze, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a Presidência do Senhor **João António de Matos Lérias**, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pela Senhora **Célia de Jesus Nunes Leal Agostinho** e pela Senhora **Lúcia Dias Abelha**, primeira e segunda Secretárias respetivamente. -----

Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram ainda presentes os seguintes membros. -----

Em representação do **Partido Socialista**: -----

Maria Fernanda Pires Fialho Marques Alves, António Manuel dos Santos Rodrigues, Manuel António Simões Martins, Sara Paula Caetano Domingos e José Francisco de Matos Rodrigues Leote. -----

Em representação do **Partido Social Democrata**: -----

José Miguel Filipe Baptista, Kelly Patrícia Rodrigues Carvalho da Silva, Rui Vítor Pires Bragança e João Sebastião Coutinho Lima Canaverde e Fernanda Maria Figueiredo Rodrigues Rolo. -----

Em representação do **Bloco de Esquerda**: -----

Luís Filipe Dias Grácio, Marco Filipe Sá Geração e Carla Sofia Roma de Oliveira. -----

Em representação da **Coligação Democrática Unitária**: -----

Telma Cristina Antunes Jorge e António Silvino Costa Ferreira -----

Em representação do **Centro Democrático Social-Partido Popular**: -----

Pedro Miguel Faria Gonçalves. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista** o Senhor: -----

Rui Cardoso Maurício. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima** o Senhor: -----

Ezequiel Soares Estrada. -----

Estiveram presentes pela **Câmara Municipal**, o Senhor Presidente Jorge Manuel Alves de Faria e os Vereadores, Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim, Carlos Manuel Pires Rei Amaro, Tília dos Santos Nunes e José David da Silva Ribeiro. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão quando eram vinte e uma horas, tendo dado posse aos elementos convocados para substituir os deputados que solicitaram suspensão do mandato até 365 dias e ausência por período inferior a trinta dias, respetivamente. -----

Deu posse a Fernanda Maria de Matos Lopes, que substitui Mário André Balsa Gonçalves, do Partido Socialista. -----

Deu posse a Mário de Matos Rodrigues, que substitui Marisa Sofia Cordeiro Parreira, da Coligação Democrática Unitária. -----

Verificada a conformidade formal do processo eleitoral com a identidade dos eleitos e após a leitura das respetivas atas avulsas de instalação e do respetivo juramento

por parte dos novos membros, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou-os investidos nas funções. -----

Continuando o senhor **Presidente da Assembleia**, referiu: “ Desde já agradeço este período experimental e parece que tem corrido bem. Hoje temos a transmissão em direto quer pelo entroncamento online, quer pela TVE, é extremamente positivo e aqui fica mais uma vez o agradecimento desta assembleia aos órgãos de comunicação social pelo interesse em levar esta mensagem e esta discussão política até à casa dos nossos munícipes. -----

Temos três atas para aprovar. -----

Em relação à ata número dez alguém se quer pronunciar? -----

Não havendo pedidos de intervenção submeteu-se a ata número dez à votação. –

VOTAÇÃO DA ATA NÚMERO DEZ -----

A ata número dez, realizada em 27 de fevereiro de 2015, foi aprovada por maioria, com dezanove votos a favor, sendo oito votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, dois votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista e quatro abstenções, sendo uma do Partido Socialista, uma do Bloco de Esquerda, uma da Coligação Democrática Unitária e uma do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, por não se encontrarem presentes da referida sessão. -----

Pediu a palavra **Luís Grácio**: “Há aqui uma ou duas atas que têm algumas expressões que me parece sejam má interpretação da gravação, tomei nota das devidas correções, mas não tive oportunidade de enviar para o funcionário Murcela no sentido da correção.” -----

Seguidamente colocou-se à votação a ata número onze. -----

Interveio **Luís Grácio**: “Como devem estar recordados, houve um ponto de uma certa forma polémico, quer do processo de votação, quer na discussão acerca do monumento alusivo ao quinquagésimo aniversário da Igreja Evangélica e nessa discussão fiz propostas orais no sentido da votação ser adiada que não foram consideradas pela mesa, questioneei a mesa e vejo agora na ata que essas transcrições estão colocadas, que se fosse necessário passaria a escrito a proposta que tinha feito. ----

Houve um processo muito confuso na votação, a própria decisão da assembleia não é clara, pela leitura da ata não se sabe o que é que se votou, foi retirada uma decisão da assembleia que já foi enviada para nós antes da ata a definir a aceitação da assembleia sobre o ponto em causa sobre uma decisão que me parece um pouco extrapolar a discussão que o ponto tinha. -----

Considero que a mesa deve ponderar se a decisão considerada tomada pela assembleia, acolhe efetivamente o que foi proposto à assembleia.” -----

Respondeu o senhor **Presidente da Assembleia**: “Na altura não tinha comigo o Código do Procedimento Administrativo, mas tinha uma vaga ideia, de que, em determinadas questões como foi aquela em que o executivo tentou saber qual era a sensibilidade da assembleia relativamente a um assunto, não se tratava de deliberar, de votar contra ou a favor. -----

Em relação aos assuntos que o executivo traz à assembleia no sentido de colher a opinião, ou tentar perceber a sensibilidade deste órgão em relação a determinado assunto a assembleia funciona aí com funções consultivas. -----

O Código do Procedimento Administrativo diz que neste tipo de questões, mesmo nos órgãos deliberativos, não pode haver abstenções. -----

Foi uma mera apreciação que nós fizemos, mas de qualquer forma, a ata retrata aquilo que se passou na sessão. -----

As nossas atas até são extremamente trabalhosas, a lei diz que devem ser um resumo do que se passa na sessão, estas atas são autênticas transcrições daquilo que se passa nas sessões, pelo menos não deixa margem para dúvidas. -----

Aquela votação é perfeitamente ineficaz, de ineficácia nula, foi uma conversa que tivemos e foi uma abordagem que fizemos em relação a uma questão da parte da câmara municipal.” -----

Referiu **Luís Grácio**: “Acho interessante e importante que o executivo proceda à auscultação na assembleia sobre determinados assuntos, considero é que aquele assunto nem devia ser votado, acho que a auscultação era correta, era difícil haver unanimidade, para haver unanimidade todos tinham que estar de acordo e havia ideias diferentes. -----

Numa assembleia é o mais natural, é haver ideias diferentes, há formas diferentes de ver os assuntos de cada uma das forças políticas que aqui estão representadas. -----

O que coloco em causa, é a forma como foi dirigido o processo e tendo em conta que havia propostas no sentido da retirada do ponto, se fosse necessário passar a escrito, uma vez que era uma proposta oral, sugiro que nas próximas situações análogas a esta, haja cuidado da parte da mesa relativamente à condução dos trabalhos.” -----

VOTAÇÃO DA ATA NÚMERO ONZE -----

A ata número onze, realizada em 29 de abril de 2015, foi aprovada por maioria com vinte e um votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, dois votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e duas abstenções, sendo uma do Bloco de Esquerda, e outra da Coligação Democrática Unitária, por não se encontrarem presentes da referida sessão. -----

Passou-se de seguida à votação da ata número doze. -----

VOTAÇÃO DA ATA NÚMERO DOZE -----

A ata número doze, realizada em 29 de junho de 2015, foi aprovada por maioria com dezanove votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista, três votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e quatro abstenções, sendo duas do Partido Social Democrata, e duas da Coligação Democrática Unitária, por não se encontrarem presentes da referida sessão. -----

Pediu a palavra **Pedro Gonçalves**: “Quería fazer uma correção na página doze, onde diz Largo das Comunidades, devia ser “Largo da Rua José Afonso”. -----

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia**: “Para dar conhecimento relativamente ao acordo de pagamento à EDP, que nos foi enviado pela câmara municipal e reencaminhado para dar conhecimento a todos os eleitos desta assembleia. –

Chegou da parte da Assembleia de Freguesia de São João Baptista, uma recomendação aprovada por unanimidade referente às taxas do IMI familiar. -----

Pensei muito se valeria a pena discutir este assunto agora, uma vez que não vamos tratar da questão do IMI agora, será numa próxima sessão e portanto, colocava à vossa consideração a discussão desta recomendação.” -----

Pediu a palavra **António Ferreira**: “É evidente que nós preferíamos que este assunto fosse discutido numa próxima reunião. -----

Tinha solicitado ao senhor Presidente da Câmara, para nos facultar alguns elementos em termos de coleta de IMI e qual a situação neste momento em termos de

evolução dessa mesma coleta, ou seja, houve uma avaliação dos prédios urbanos, há circunstâncias novas e nós não sabemos qual é o resultado efetivo dessa coleta. -----

No entanto, acho que podemos fazer alguma discussão sobre isto, o assunto é pertinente, foi lançado agora e não foi por acaso.” -----

Continuou **Pedro Gonçalves:** “Ainda bem que o assunto vem porque se não viesse, seria eu a trazê-lo. -----

Faz todo o sentido ser hoje discutido, porque daqui a dois meses vamos estar noutra assembleia, onde as câmaras têm de comunicar o IMI e as famílias têm de fazer o pedido da mesma isenção. -----

Prossiguiu **Fernanda Alves:** “Relativamente a este assunto, considerando que talvez seja um pouco extemporâneo, mas também não vemos qualquer problema se o assunto for discutido.” -----

Interveio **José Baptista:** “Estamos absolutamente disponíveis para discutir o assunto e portanto, se assim o entender podemos discuti-lo já hoje, aliás, porque faz sentido visto que é agora que se está a preparar o orçamento para 2016 e não chegarmos cá na próxima assembleia com o orçamento fechado, sem sequer esta assembleia ter sido consultada sobre as grandes prioridades.” -----

Havendo unanimidade em discutir o assunto, o senhor **Presidente da Assembleia**, solicitou à primeira secretária que proceda à leitura da Recomendação aprovada por unanimidade na sessão da Assembleia de Freguesia de São João Baptista.

RECOMENDAÇÃO -----

Em conformidade com a recomendação apresentada, na última sessão da Assembleia de Freguesia de São João Baptista – Entroncamento, realizada a 22 de setembro de 2015, a mesma foi aprovada por unanimidade com o seguinte teor: -----

“De acordo com o Orçamento Geral do Estado para 2015, os Municípios mediante deliberação da Assembleia Municipal, podem fixar uma redução da taxa do IMI no valor correspondente a 10% para os casais com um filho, 15% para os que têm 2 filhos e 20% para os que têm 3 ou mais filhos. -----

Temos acompanhado este assunto nos meios de comunicação social que, vão dando notícias da quantidade de Municípios já aderentes a esta iniciativa, que vem beneficiar as famílias e nomeadamente as que reúnem aquelas condições. -----

Neste contexto, os membros da bancada do Partido Social Democrata com assento na Assembleia de Freguesia de São João Baptista, recomendam ao Exmo. Senhor Presidente do Executivo, que este assunto seja por si comunicado na próxima reunião da Assembleia Municipal, que deverá ocorrer antes de 30 de novembro. Com esta recomendação, pretende-se que a Câmara Municipal do Entroncamento e a Assembleia Municipal tenham em consideração a precária situação vivida por algumas famílias e assim, seja deliberado a fixação da redução da taxa de IMI para os casais nas condições exigidas e os mesmos, possam usufruir deste benefício que a lei lhes confere.” -----

Pedi a palavra **Pedro Gonçalves:** “Vou saudar a unanimidade que aconteceu na Assembleia de Freguesia de São João Baptista, quando aqui as mesmas forças políticas me chamaram de demagogo e fizeram disso como uma bandeira, *afinal o burro sou eu*, quando a gente usa um determinado número de palavras, devemos pensar que temos telhados de vidro não pudemos mandar pedra e parece que mandaram pedras mas não caíram em cima do CDS-PP. -----

Espero que o executivo leve em conta a recomendação aprovada, onde a maioria que suporta este executivo, votou também favoravelmente. -----

Espero sinceramente que se pense mais nas pessoas e nas famílias, do que nas políticas. -----

Espero que pensem mais em quem votaram em vós, do que em estratégias políticas. -----

Espero que sejam mais pelas famílias do que por estratégias político/partidárias. Sei como este assunto vos é caro e sei também o que prometeram na campanha eleitoral. -----

Sei também o que disse o Presidente deste executivo há dias à comunicação social, mas acredito na idoneidade deste executivo e do senhor Presidente, por isso, acredito que possa voltar atrás com o que disse e possa levar em frente a recomendação que esta câmara lhe fez chegar com a aprovação da sua maioria, incluindo, como disse, a bancada que o suporta. -----

À bancada que o suporta, espero também que os eleitos, que foram eleitos com o slogan "*Uma Cidade para as Pessoas*" que aqui possam trazer e votar favoravelmente a recomendação aqui anteriormente exposta. -----

Porem, e para serem coerentes, sejam coerentes com tudo o que fizeram, com tudo o que votaram e coerentes convosco próprios, sobretudo com o slogan com que andaram há dois anos "*Uma Cidade para as Pessoas*". -----

Com isto, o CDS-PP não quer ser autoritário porque não o pode ser, mas quer chegar a um consenso para que se possa começar a implementar esta medida no Entroncamento, não seja uma medida para simplesmente degradar as contas, mas que seja uma medida para ajudar algumas pessoas com mais filhos. -----

Espero sinceramente que esta recomendação, tanto da bancada do CDS-PP que já foi trazida aqui com algum tempo para que o executivo pudesse pensar e estruturar esta recomendação e a recomendação aprovada pela Assembleia de Freguesia, possam ter acima de tudo o sim do nosso executivo." -----

Proseguiu **António Ferreira**: "Nós até vínhamos com a ideia de adiarmos esta discussão para aquando da aprovação do IMI, fazia todo o sentido apreciarmos o IMI em conjunto com esta proposta de redução do IMI para as famílias. -----

Compreendo que foi uma iniciativa feita e orientada para as eleições, é uma iniciativa perfeitamente demagógica e passo a explicar: -----

Primeiro, vêm-se servir dos meios financeiros das câmaras para oferecer uma coisa que não vale grande coisa às populações. -----

Os estudos que já foram feitos, representam em média por cada criança seis a sete euros, ou seja, para uma câmara como a nossa é capaz de envolver vinte mil euros e eu pergunto, porque é que o PSD não devolve os abonos de família às crianças? Porque é que não devolve às famílias em sede de IRS as despesas com saúde, com educação, com habitação e com uma série de outras coisas que foram retiradas às famílias? -----

Porque é que vêm exigir que as câmaras façam esse sacrifício quando não o podem fazer, nós temos empréstimos, dívidas em atraso a determinadas instituições e nós temos de ver se de facto a câmara pode fazer esse sacrifício e entendo que a Câmara até possa fazer esse sacrifício, mas deve fazer com medidas por parte do Governo a dar esse exemplo. -----

Chamo à atenção, que não quero ser culpado de a câmara não fazer aquilo que prometeu, que foi a redução do IMI, e esta medida pode ser utilizada como pretexto para a não resolução daquilo que foi uma promessa do PS, espero sinceramente que isso não venha a acontecer e portanto, vamos votar em conformidade. -----

Isto tem profundas injustiças, tanto sociais como territoriais, nós podemos ter um Ricardo Salgado, com a casa que tem, com os filhos que tem, com uma redução por

cada filho, quanto é que isto representa para aqueles milhões que custaram aquela casa, quanto é que representa para uma família com sessenta e sete ou sessenta e oito mil euros por património só com um filho, isto do ponto de vista social vem introduzir grandes distorções. -----

Depois vem introduzir mais uma distorção, que é a distorção territorial em que aqui faz-se uma coisa e no concelho vizinho faz-se outra, quando estes impostos são nacionais e devem tratar os cidadãos de forma igual. -----

Acho que o ponto pode ser retirado e revisto em conjunto com a análise do IMI, agora esta discussão, nós tínhamos que a ter mesmo.” -----

Continuou **Fernanda Alves**: “Do discurso do senhor deputado do CDS, retive esta frase “ *mais pelas famílias* “ quer que se faça mais pelas famílias, é muito caricato vindo de si, representante de um partido que está no Governo com o PSD, que nada ou pouco fizeram pelas famílias a não ser a enterra-las cada vez mais na pobreza, é muito caricato vir com esse discurso. -----

Em relação àquilo que disse sobre a “*Cidade para as Pessoas*” em relação ao Entroncamento, deixe-me lembrá-lo da tal promessa que ainda agora a CDU falou, da promessa da redução do IMI que está em prática pelo atual executivo e que ainda não chegou ao fim e que quer cumprir. -----

Esta proposta como já disse é caricata, o Governo tira tudo, tira o que pode e não pode às famílias, agrava a questão do IMI e agora vem pôr o ónus nas autarquias. -----

A bancada do PS teme que esta proposta e votará também em conformidade, votará contra esta recomendação, que a nosso ver não faz qualquer sentido nesta altura, até porque, consideramos nós que esta é uma medida que o Governo deitou cá para fora, um pouco para *inglês ver*, numa altura destas.” -----

Referiu **Luís Grácio**: “Devo começar por referir que a tributação do património deve contribuir para a igualdade entre todos os contribuintes e o que estamos aqui a falar, é uma situação que não vai ao encontro a esse tratamento de igualdade. -----

Segundo a Constituição da República Portuguesa, no artigo 103º o sistema fiscal intenta a satisfação das necessidades do Estado e das entidades públicas e ainda uma justa repartição dos rendimentos e da riqueza, são quatro os grandes agregados que são tratados na questão da justiça fiscal: -----

O rendimento pessoal conhecido pelo IRS. -----

Os rendimentos coletivos conhecidos por IRC. -----

Sobre o património temos o IMI e o IMT. -----

Temos ainda um outro, que ninguém fala que são as mais-valias e os rendimentos das participações sociais. -----

Sobre o consumo o IVA. -----

A tributação sobre o rendimento pessoal, que vou tratar de uma forma ligeira, tem por designação o combate às desigualdades, por isso é que ele é progressivo e tem em conta inclusivamente no seu código um conjunto de particularidades sobre a constituição das famílias. -----

Há um conjunto de despesas aqui referidas que contribuem para diminuir a sobrecarga sobre famílias e quebrar em certa forma as desigualdades existentes na sociedade que tem a ver com a educação, saúde e outras coisas do património. -----

Convém aqui referir que a coleta do IMI tem vindo a crescer significativamente ao longo dos anos, particularmente desde a reavaliação dos prédios, aliás, estava previsto até finais de 2014 uma cláusula de salvaguarda por causa da previsão do aumento significativo do IMI, que foi pedido para ela se manter durante este período,

nomeadamente o Bloco de Esquerda fez essa proposta na Assembleia da República, que foi recusada pela maioria PSD/CDS. -----

O IMI é um imposto municipal, anual, que é definido pela Assembleia Municipal, varia entre 0,3% e 0,5% do património coletado, ou seja, do valor do património urbano e 0,8% sobre o património rústico. -----

A aplicação prática, na nossa ótica, a tendência devia ser aproximarmos o mais rapidamente possível da taxa mínima como forma de equidade, tratamento de igualdade a todos os cidadãos. -----

Foram aqui aduzidos alguns argumentos válidos, nomeadamente sobre famílias que podem ter muitos filhos, mas têm rendimentos significativos que podem suportar perfeitamente esses encargos e inclusivamente pode haver o contrário, pessoas com muito fracos recursos sem dependentes a seu cargo têm muita dificuldade em pagar o IMI. -----

O que estamos aqui a fazer não é tratar em igualdade os detentores de património é tratar em desigualdade. -----

Foi feita uma referência à questão da demagogia, esse termo foi feito por mim numa discussão anterior, de facto, o que esta proposta vem carregada é de demagogia. –

Relativamente à aprovação da recomendação por unanimidade na Assembleia de Freguesia de São João Baptista, devo referir que no Bloco de Esquerda as pessoas votam conforme a sua consciência. -----

Não se esqueçam que o IMT desapareceu, o IMT era grátis para as situações de habitação permanente até certos montantes e grátis para montantes reduzidos. -----

Queremos reforçar, quando na Assembleia da República o CDS e o PSD votaram contra a proposta do Bloco de Esquerda no sentido de uma taxa reduzida para habitação permanente, deviam ter-se lembrado das famílias, não é agora com esta atitude demagógica, nós compreendemos perfeitamente porque é que se faz esta proposta nesta altura.” -----

José Baptista referiu: “Saudar a Assembleia de Freguesia de São João Baptista pela decisão tomada por unanimidade, não por ser proposta por a ou b, mas porque demonstra uma vontade inequívoca da assembleia de freguesia, em possibilitar aos cidadãos do município, esta é uma proposta que vai ter abrangência para todos os cidadãos, se o Partido Socialista assim o entender e quem mais decidir votar. -----

Sobre o Imposto Municipal do Património, a proposta é muito clara e se nós a devemos discutir aqui ou não, é óbvio que devemos discutir aqui, este é o fórum municipal em que se discutem as políticas da autarquia. -----

O Partido Socialista ganhou as eleições no Entroncamento a prometer que ia reduzir o IMI às famílias na percentagem que todos viram na altura. -----

Entretanto, há uma proposta aprovada em sede da Assembleia da República, que permite reduzir o IMI às famílias, nomeadamente as famílias numerosas, que têm mais filhos a cargo e mais despesas. -----

Se foi prometido nesta autarquia baixar o IMI, esta é uma ótima possibilidade de o Partido Socialista fazer aquilo que prometeu às pessoas. -----

Esta proposta é muito clara, não tem demagogias, a única demagogia que vejo aqui, é uma coligação claríssima entre aquilo que foi dito pelo Partido Socialista e pela CDU, é uma coligação extraordinária, quem vai aprovar esta medida ou não, eu não sei, os cidadãos saberão mais à frente. -----

Se as bancadas estão aqui a pensar realmente nos cidadãos, ou estão a pensar naquilo que têm de recordar às agendas partidárias, senhora deputada, sinceramente que não estou muito preocupado com isso, mas a senhora deputada levará esse peso para

casa quando as suas colegas da escola lhe perguntarem porque é que no Entroncamento o IMI familiar é aprovado ou não, se calhar de acordo com o que aconteceu na câmara de Viana do Castelo, Viseu e noutras tantas em que já foi aprovado.” -----

Intervio António Ferreira: “Nós até podemos fazer um esforço com a câmara no sentido de aprovarmos uma situação destas. -----

Não é com a imposição do Governo, o Governo não manda nas autarquias, as autarquias sempre foram dotadas de autonomia para ter as suas políticas. -----

Não é com cortes sucessivos das transferências para os municípios, não é com a diminuição do IMT que não sabemos exatamente o que é que isto se vai traduzir futuramente. -----

Há uma outra questão, até agora as pessoas podiam pedir a isenção de pagamento de IMI, o que está previsto neste momento é que a partir de 15 mil euros de rendimento e um rendimento patrimonial inferior a 60 mil euros, as famílias ficam automaticamente isentas de IMI e isto vai ter consequências também em termos de receitas das câmaras. -----

Esta questão da reavaliação das casas é importante analisarmos também para termos uma ideia de qual é a evolução da cobrança de IMI por parte desta câmara e quais vão ser as receitas nesta área. -----

Não vamos tomar uma decisão apressada em relação a uma proposta destas, digo sinceramente que as câmaras podem ter o seu papel nisto, mas o Governo deve dar o exemplo e restituir aquilo que roubou às famílias.” -----

Pediu a palavra **Manuel Martins:** “O facto de todos termos aceitado unanimemente discutir este assunto, não significa que iremos votar a favor, contra ou abster. -----

O senhor deputado António Ferreira explanou a nossa opinião também sobre a questão do IMI. -----

O senhor deputado José Baptista, referiu que a câmara de Viana do Castelo, votou favoravelmente, mas esqueceu-se de falar das câmaras de Santarém e do Porto que são do PSD e votaram contra. -----

Em relação ao que falou sobre a minha colega de bancada, ela não se pode defender devido aos limites impostos e não lhe vai ser dada a palavra, ela pediu-me e acredito que sim, que ela fará e continuará a fazer tudo o que pode pelos seus alunos, uma vez que ela é professora de ensino especial, ao contrário do Governo que cortou os apoios ao ensino especial. -----

Queria referir um exemplo prático que conheço, um casal que tem dois imóveis, ambos tinham um imóvel antes de se conhecerem, vivem num e arrendaram o outro a um casal amigo que têm filhos e eles diziam todos satisfeitos se essa medida for aprovada, nós temos dois apartamentos que vão beneficiar do imposto e dizia o arrendatário, isso é ótimo porque assim não me vais aumentar a renda. -----

Quem paga o IMI não é propriamente uma medida que vá beneficiar todos de uma forma tão linear quanto isso.” -----

Intervio Pedro Gonçalves: “Senhor deputado Manuel Martins, vir mal preparado, é preparado para falhar, vou esclarecê-lo a si, à senhora Fernanda e ao senhor António Ferreira. -----

É só para a casa de residência permanente, claramente. -----

Para virem mal preparados para esta assembleia é uma desonra para mim e uma desonra para esta casa. -----

Não aprovámos agora aqui uma ata em que o PS votou favoravelmente uma recomendação que o CDS-PP apresentou aqui nesta assembleia a favor do IMI familiar,

onde é que está a coerência, *não bate a bota com a perdigota*, é falta de coerência, é falta de atitude política, a nossa palavra hoje deve ser a mesma amanhã. -----

Se o PSD/CDS fez alguma coisa, foi graça ao que o PS deixou para trás, a memória é curta e nós estamos em campanha eleitoral, eu não quero falar disso por sou contra a fazer política nacional nesta casa. -----

A lei é clara, leiam a lei e preparem-se para poderem votar, um casal pode ter 20 casas, mas só a residência permanente é que está abrangida pelo IMI familiar.” -----

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia**: “Espero que este alargamento que estamos aqui a ter, depois seja poupado quando discutirmos o IMI em novembro e é por isso que estou aqui a alongar para que não fique aqui nada por esclarecer. -----

Estamos em período eleitoral, se algum dos senhores deputados levar a sua intervenção para a questão de política partidária, corto imediatamente a palavra.” -----

Continuou **José Baptista**: “Foi dito na intervenção do senhor deputado do Partido Socialista que a colega não se podia defender. -----

Pergunto porque é que não é dada a palavra à senhora deputada Fernanda Alves, para se defender?” -----

Respondeu **Manuel Martins**: “Essa questão foi porque o senhor Presidente da Assembleia, apenas e só, mencionou que ia limitar as intervenções às quatro pessoas que estavam inscritas e partindo do princípio que mais ninguém iria ter qualquer intervenção, e por uma questão de bom senso e tempo e em virtude de já terem intervindo e como tal, iríamos todos ter o bom senso de não estar novamente a pedir a palavra.” -----

Interveio **António Ferreira**: “Volto àquilo que foi o início desta reunião, coerentemente propomos a retirada do ponto para aprovação em conjunto da taxa do IMI, é aí que faz todo o sentido aprovarmos ou não este ponto. -----

A discussão já foi feita neste momento, podiam dizer que não houve abertura para a discussão do assunto, o assunto foi discutido, do nosso ponto de vista isto faz todo o sentido ser discutido no âmbito com mais informação na altura da aprovação da taxa do IMI.” -----

Prosseguiu **Fernanda Alves**: “Aquilo que eu queria dizer de facto, já o meu colega explicou o porquê. -----

Gostaria de responder diretamente ao senhor deputado José Baptista que estava tão preocupado em que eu ficaria de consciência pesada, eu não fico senhor deputado e sabe porquê: No meu dia-a-dia deparo-me com situações tão caricatas que este Governo está a deitar cá para fora, quer no Entroncamento, quer noutras localidades, limita a intervenção quer de professores, quer de profissionais, não me põe peso na consciência.

Esta questão do IMI familiar não teria qualquer problema em votá-lo, se este executivo camarário não tivesse já prometido e estar a levar a cabo a redução do IMI para todas as pessoas, e é para levar a efeito até ao final do mandato.” -----

Referiu **Marco Geração**: “ O senhor deputado José Baptista disse se ia discutir esta questão, acho que não tem a ver com o se, tem a ver com o quando, é muito oportunista em termos nacionais e peço desculpa por falar em termos nacionais, mas isto é uma tentativa de política local que tem contornos nacionais, que como já foi dito aqui, nomeadamente os colegas da CDU e do PS, existe uma grande necessidade por parte do Governo que é liderada pela coligação PSD/CDS, em mostrar algumas benesses para a população. -----

Essas benesses não são dadas a nível nacional, já que não se dá a cara a nível nacional na medida de realmente ajudar a população e ajudar as pessoas, não, tenta-se

mostrar a nível local pequenas migalhas aqui e além que possam ter algum contorno e que se possa falar na comunicação social, basicamente é isto que está a acontecer. -----

Basicamente é demagógica e populista esta proposta, porquê: A condição para que haja um fluxo dentro do orçamento consiga de uma certa forma amenizar o custo que teria esta medida, é uma condição que não se põe, porque é que terá que ser em relação ao número de filhos por família. -----

Nós temos professores que residem no Entroncamento, dão aulas fora do Entroncamento, têm que pagar aluguer de uma casa e não têm nenhum apoio, essas famílias, essas pessoas, esses cidadãos do Entroncamento que têm que pagar um aluguer lá fora, também gostavam de ver o seu IMI reduzido. -----

Porque é que nesta altura se vem fazer uma proposta que poderia ser discutida na próxima sessão. -----

A poucos dias das eleições, vir tentar dar uma migalha, embelezar esta situação como se fosse uma grande proposta que iria afetar uma grande parte da população do Entroncamento, quando na realidade não vai. -----

A verdadeira proposta que tem de surgir aqui, tem que vir do Governo, não pode vir das autarquias, porque as autarquias estão com um garrote enorme a nível financeiro e não se podem dar ao luxo de aprovar propostas que não vão ter um impacto a nível local.” -----

Pediu a palavra **José Baptista**: “Para a senhora Fernanda, a única coisa que me preocupava era se não lhe era dado o direito de responder. -----

A situação caricata que referiu, é o Partido Socialista não querer aprovar uma possibilidade de reduzir o IMI às famílias, escusa de falar do que se passa lá na sua escola que diz que existe, olhe para esta que a senhora está a fazer, não sei se com ordens ou porque quer, não temos nada a ver. -----

Depois a senhora deputada mete todos no mesmo saco, são ricos, são pobres, não interessa, é tudo igual, o que interessa é que o IMI exista para todos igual e que seja baixinho de preferência que é para não haver receitas nenhuma e portanto, assim é que nós estamos bem e assim vamos continuar muito bem. -----

Porque é que a discussão veio agora? -----

Não fui eu, nem a bancada do CDS, do PS, do BE ou da CDU que trouxe esta discussão aqui, o senhor Presidente da Assembleia informou no início da sessão que tinha recebido esta recomendação e apresentou-a aqui para ser discutida e esta assembleia aceitou discuti-la, não fui eu que a trouxe aqui, não há aqui aproveitamento político nenhum. -----

O senhor Presidente da Assembleia disse textualmente, que não queria ninguém a expressar-se politicamente sobre eleições legislativas e tudo o que ouvi, foi muito poucas intervenções em que não houve sentido patriótico para além do municipal.” -----

Interveio **Manuel Martins**: “Era só para responder aquilo que o senhor Pedro Gonçalves disse sobre a nossa falta de preparação. -----

O exemplo que eu dei e está gravado, era de um casal que cada um tinha uma casa, eles não são casados, cada um deles tem a sua residência, são casas de uma relação anterior, cada um é proprietário de uma das casas e a lei não consegue dar a volta a isto.” -----

Prosseguiu **Ezequiel Estrada**: “Querida aqui alguma informação que possivelmente será do desconhecimento da maioria dos deputados desta assembleia. ----

No IMI cobrado, 1% e foi conseguido através da Associação Nacional de Freguesias da qual faço parte enquanto dirigente, remete-se para a freguesia para reforço do orçamento das Juntas de Freguesia. -----

O IMI rústico vai a 100% para as freguesias. -----

A Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, do IMI cobrado recebe cerca de 16 mil euros por ano e dessa importância, foi compromisso nosso em sede de reunião com o senhor Presidente da Câmara Municipal, que iria ser todo remetido para benefício de obras públicas e bem-estar das famílias, ou seja, os 16 mil euros têm retorno às famílias.

Não sei se isto tem algum contributo para a discussão, mas não sei se foi isto que condicionou a não intervenção dos membros da Assembleia de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, que efetivamente não se pronunciaram nem apresentaram qualquer recomendação e foi feito um dia depois.” -----

Continuou **Rui Maurício**: “Todos já aqui disseram que não vão falar de política nacional, mas todos têm dado uma achega no fim de contas. -----

Apresento aqui um documento a pedido da Assembleia de Freguesia de São João Baptista, um documento que se tivesse bem feito e se o poder central de facto não cortasse as verbas constantemente ao poder local, era capaz de ser engraçado discuti-lo a sério e levado a sério. -----

Como já foi dito aqui, uma família com três filhos tem menos benefícios que uma família com um filho, não sei como é que o documento está redigido, há aqui qualquer coisa que não funciona bem. -----

Em relação aos idosos que também têm casa, IMI para pagar, a grande maioria a ganhar pouco e não são contemplados no documento. -----

Se for uma pessoa abastada e tiver quatro ou cinco filhos, tem os 20%, se for uma pessoa sem dinheiro e com os mesmos filhos, tem a mesma coisa que o outro que não necessita. -----

Penso que o documento como ele está, não tem pernas para andar e não faz sentido na minha opinião.” -----

Seguidamente o senhor Presidente colocou à votação de quem entende de que se deva votar este documento hoje. -----

VOTAÇÃO DA RECOMENDAÇÃO -----

A recomendação apresentada pela Assembleia de Freguesia de São João Baptista, foi rejeitada por maioria com dezassete votos contra, sendo nove votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e seis votos a favor, sendo cinco votos do Partido Social Democrata e um voto do Centro Social Democrático. ----

Pediu a palavra **Pedro Gonçalves**: “Para afastar esta proposta das eleições do dia 4 de outubro, o CDS-PP apresentou uma proposta e foi aprovado por maioria na sessão de abril. -----

Os entroncamentenses ficam a saber hoje que a palavra do PS nesta assembleia não é a mesma que foi há quatro meses e que a coerência não é existente por parte da bancada do PS.” -----

Continuou **Luís Grácio**: “Votámos, foi rejeitada, vai ser discutida novamente, mas uma questão é certa, não havia nenhuma proposta de recomendação a esta assembleia, era só uma recomendação da Assembleia de Freguesia de São João Baptista e não compreendo porque é que foi votado.” -----

Proseguiu **António Ferreira**: “Votamos porque nós necessitamos de mais elementos para analisar esta situação. Nós tínhamos pedido esses elementos ao senhor Presidente, não foi conseguido em tempo útil, compreendo que a análise do IMI não vai ser discutida hoje, quando esses elementos vierem com a aprovação do IMI, estaremos em melhor altura para analisar toda esta situação.” -----

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia**: “Deu entrada na mesa duas recomendações apresentadas pelo BE e a CDU, elas praticamente têm o mesmo conteúdo e são muito semelhantes nos objetivos que pretendem.” -----

Foi concedida a palavra a **Telma Jorge** que procedeu à leitura da recomendação apresentada pela Coligação Democrática Unitária: -----

RECOMENDAÇÃO -----

Sobre a Situação dos Refugiados e Imigrantes na Europa.-----

Face à dimensão do drama humano do movimento de refugiados e imigrantes oriundos de várias regiões do continente africano e Médio Oriente, a CDU: -----

1 – Realça que estes movimentos migratórios e de imigrantes são autênticas fugas à pobreza, à guerra e à morte. As centenas de milhares de seres humanos e de famílias inteiras que arriscam a vida em luta pela sua sobrevivência carregam consigo histórias dramáticas de vida. O seu inalienável direito à vida e à dignidade é um princípio basilar consagrado na Carta das Nações Unidas. -----

2 – Sublinha que esta dura realidade é uma dolorosa demonstração do carácter desumano, explorador e agressivo do sistema dominante – o capitalismo, e tem causas e responsáveis: os processos de desestabilização em vários pontos do globo e as guerras de agressão imperialistas, a política de domínio económico e de saque dos recursos naturais.-----

3 – Considera que o Estado português deve, por razões humanitárias e por obrigação constitucional, tomar as medidas para dar o devido acolhimento a refugiados e imigrantes numa expressão da solidariedade do Estado português para com os povos vítimas das agressões e políticas anteriormente referidas. Um acolhimento que permita a integração plena, no plano social, económico, laboral, dos direitos à saúde e à educação.

4 – Deplora a forma como a União Europeia reage a esta realidade, identificando no direito à sobrevivência de milhões de seres humanos uma ameaça, abrindo campo ao racismo e à xenofobia e às ações criminosas de grupos fascistas. Deplora a visão de total discriminação na resposta a dar aos problemas humanitários colocados a pretexto da distinção entre refugiados e migrantes e condena frontalmente as visões e declarações, nomeadamente de partidos políticos portugueses, que a pretexto do drama humanitário criado pelas políticas dos EUA, da NATO e da União Europeia apontam o caminho de novas aventuras militares no Médio Oriente e no continente africano. -----

5 - Considera que a resposta necessária a esta situação passa obrigatoriamente pelo respeito dos direitos humanos, incluindo sociais e laborais, e do direito dos povos ao desenvolvimento; pelo abandono da política de repressão e de militarização desta questão – que apenas aprofunda as causas e alimenta as redes de imigração ilegais; pelo desenvolvimento de uma política humanitária de apoio aos refugiados e de respeito pelos direitos dos migrantes e pelo combate às causas da imigração em massa - ou seja pelo fim das políticas de guerra e ingerência, pelo fim das políticas neocoloniais de exploração dos povos e países de África e do Médio Oriente, pelo respeito da soberania e independência dos Estados, pelo decidido combate à pobreza e por políticas de real solidariedade e cooperação para o desenvolvimento dos países economicamente menos desenvolvidos.-----

Recomendamos ao Executivo da Câmara Municipal que, no quadro de um plano da responsabilidade do Estado Central, se integre no esforço de integração destas vítimas, honrando as tradições de solidariedade e humanismo do povo do nosso concelho. -----

Seguidamente **Marco Geração** apresentou a seguinte recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda: -----

RECOMENDAÇÃO -----

A guerra está a empurrar para a Europa milhares de pessoas que apenas pretendem sobreviver. São pessoas comuns, vítimas de ditaduras e de crueldade, ameaçadas de morticínios que tantas vezes já vitimaram familiares, amigos e companheiros de trabalho. A muitos, as bombas já destruíram a própria casa e obrigam-nos a percorrer milhares de quilómetros em busca de um teto e de uma terra que lhes proporcione uma vida em paz. -----

A solidariedade é devida a seres humanos que tanto sofrem, privados das suas vidas nos seus países. De resto, a Convenção de Genebra, obriga os estados signatários, como Portugal, a acolher e proteger quem foge da guerra. -----

Para este esforço de solidariedade aos refugiados têm vindo a contribuir famílias, organizações humanitárias, igrejas, autarquias e, naturalmente, o estado português. Fazendo jus à sua identidade de terra de acolhimento, o Entroncamento não deve ficar à margem deste esforço nacional. -----

A Assembleia Municipal de Entroncamento, reunida em sessão ordinária na data de 28 de setembro de 2015, recomenda à Câmara Municipal que mobilize vontades e recursos para que também a cidade do Entroncamento participe no movimento nacional de solidariedade que de norte a sul vem desenvolvendo ações de acolhimento a refugiados de guerra, o qual no nosso concelho poderá ter igualmente a sua expressão. -----

Interveio **José Baptista**: “Sobre as duas recomendações, faria a proposta que elas fossem votadas em separado pela seguinte metodologia: -----

São duas recomendações absolutamente distintas, não só naquilo que propõem, mas em toda a orientação que lhe é dada. -----

A recomendação do Bloco de Esquerda vem no sentido daquilo que todos nós repugnamos, que é as instituições e a sociedade civil se organize para que se possa dar uma resposta credível e à altura. -----

Parece-nos que fica bem dizermos nesta altura que temos que acolher todos bem aqueles que vêm e estão mal, nós temos muita gente mal cá também, há sempre em todas as sociedades. -----

Não nos podemos esquecer, que o nosso País foi um País em que houve muita emigração há muitos anos atrás, houve emigração nos anos recentes novamente, não nos fica nada mal sabermos acolher os outros, fica-nos até um bocadinho mal muitos comentários que são feitos e portanto, a nossa missão é sabermos recebe-los e dar-lhes a paz e a estabilidade que eles não conseguem ter no País deles. -----

Por outro lado, a recomendação da Coligação Democrática Unitária, é toda ela uma ode à sua própria ideologia, contra a NATO, contra os Estados Unidos. -----

A recomendação que apresentam, faz uma confusão enorme, entre aquilo que são refugiados e migrantes, misturam os conceitos da xenofobia com a guerra, é uma baralhação total de conceitos que não faz algum sentido e portanto, solicito que as duas recomendações sejam votadas em separado.” -----

Proseguiu **Fernanda Alves**: “Esta é uma situação que nos preocupa a todos. ---

Portugal enquanto membro da União Europeia faz todo o sentido que esta questão dos refugiados também nos abrange a nós e ninguém pode ficar indiferente. ---

Ressalvar que a recomendação da CDU fala que no quadro de um plano da responsabilidade do Estado Central se integre no esforço de integração destas vítimas, tanto quanto nos parece, o executivo tudo faria e faz sentido que assim o faça. -----

Em relação à recomendação do Bloco de Esquerda, que recomenda à câmara que mobilize vontades e recursos, penso que fará todo o sentido e que não irá contra esta recomendação.” -----

Continuou **António Ferreira**: “Tenho um amigo Sírio, de origem Curda, que vivia na Síria, vivia numa cidade onde havia judeus, cristãos e muçulmanos e eles frequentavam as festas de uns dos outros em paz, sem preconceitos e ele dizia que esta guerra vinda de fora, destruiu tanto a vida dos muçulmanos, como dos judeus, como dos cristãos que lá viviam. -----

Estes meus amigos que eu conheço há longos anos, foram estudantes comigo, neste momento estou completamente aliviado porque conseguiram sair da Síria, estão neste momento na Alemanha, mas dizem que querem voltar para o seu País o mais depressa possível para reconstruir o seu País e sabem que não é possível aquela convivência que existia anteriormente. -----

Estas questões das guerras têm causas e efeitos e é isso que o nosso documento diz, quais foram as causas e quais foram os efeitos sobre aquelas populações.” -----

Referiu **Pedro Gonçalves**: “Concordo em absoluto com o que o José Baptista disse acerca da separação das duas recomendações. -----

Fico um pouco estupefacto de estas recomendações virem agora, quando eu sei porque estive presente na última reunião de câmara e já existe uma intenção por parte do executivo.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou a recomendação apresentada pela CDU à votação. -----

VOTAÇÃO DA RECOMENDAÇÃO -----

A recomendação apresentada pela CDU foi aprovada por maioria, com dezassete votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista, três votos da Coligação Democrática Unitária, três votos do Bloco de Esquerda e dois votos dos Presidentes das Juntas de freguesia e seis votos contra, sendo cinco votos do Partido Social Democrata e um voto do Centro Social Democrata. -----

Seguidamente procedeu-se à votação da recomendação apresentada pelo BE. -----

VOTAÇÃO DA RECOMENDAÇÃO -----

A recomendação apresentada pelo BE foi aprovada por maioria, com dezassete votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista, três votos da Coligação Democrática Unitária, três votos do Bloco de Esquerda e dois votos dos Presidentes das Juntas de freguesia e seis abstenções, sendo cinco do Partido Social Democrata e uma do Centro Social Democrata. -----

Pediu a palavra **Luís Grácio**: “Gostaria de saber qual é o ponto da situação do horário de trabalho dos funcionários da Câmara Municipal do Entroncamento, tendo em conta que esta autarquia foi das pioneiras na altura que o Governo Civil quis passar para 40 horas o horário de trabalho e houve uma decisão de se retomar as 35 horas que mais tarde por imposição de um decreto-lei do Governo se voltou às 40 horas. -----

Tendo em conta que à nossa volta as autarquias já todas têm as 35 horas, porque é que o Entroncamento é uma ilha perdida nesta tomada de decisão de retomar as 35 horas? “-----

Interveio **José Baptista**: “ Em primeiro lugar, enviar daqui uma saudação a toda a comunidade letiva do Município do Entroncamento que iniciou agora o período escolar no nosso concelho e desejar a todos os professores, alunos e funcionários do Agrupamento de Escolas Cidade do Entroncamento, um ano de muito sucesso e esperemos que continuem e que contem sempre com o apoio do município, quer para

aquelas que são as obrigações legais do município, quer para os apoios que são essenciais para o funcionamento normal de uma escola. -----

Daqui uma palavra de congratulação à senhora Diretora do Agrupamento, eleita há muito pouco tempo e portanto, os nossos parabéns para a Doutora Filomena Pereira e para a sua equipa. -----

Vamos ver desta vez reposto o programa do *comboio da fruta* que foi terminado mal o Partido Socialista entrou na câmara, mesmo que o Partido Socialista dissesse que não, porque diz que foi o PSD que não continuou no início do ano letivo e o Partido Socialista diz que não. -----

Vamos ou não ter *comboio da fruta* novamente a funcionar com peças de fruta diariamente para as nossas crianças nas várias escolas? -----

Vamos ou não voltar a ter o apoio às nossas crianças que integram as escolas da pré-primária nos escalões A e B, como existia até há dois anos atrás, em que as crianças quando entravam na pré-primária nos escalões A e B, tinham direito a um bibe, a um panamá, uma mochila, tudo isso foi terminado por este executivo e queremos perguntar aqui, se essas medidas neste início de ano letivo voltam ou não voltam? -----

Um alerta sobre a iluminação pública que esteve apagada na rua Elias Garcia e noutros pontos da cidade e algumas que estão acesas ao longo do dia, causando prejuízo monetário para o município. -----

Sobre o parque de estacionamento subterrâneo, foi-nos feito um alerta de que queremos saber quem é que está a efetuar a segurança do parque de estacionamento subterrâneo, se é uma empresa de segurança, se são funcionários do município e qual é que é o horário em que estão no parque de estacionamento subterrâneo. -----

Queremos saber do município, quais é que são as diligências que estão a ser tomadas quanto ao elevado estado de degradação de um imóvel na rua 1º de Maio, numa varanda que está num estado de degradação enorme. -----

Há vários arruamentos na cidade muito degradados por obras que foram feitas com condutas, uma delas é a saída do túnel no sentido sul/norte, parece uma cratera que está ali desde junho e perceber o que se está a passar. -----

Alertar o município de duas coisas: -----

A primeira é que nestes meses que são a preparação para o grande orçamento para 2016, que tenham em atenção aquelas que foram as decisões tomadas nesta câmara, as propostas trazidas a esta câmara, as propostas aprovadas pelos cidadãos aquando das eleições autárquicas de 2013. -----

A segunda é que, o Facebook do município não é um veículo de transmissão de informação, nem partidária, nem pessoal e portanto, gostava de perceber porque é que há um post muito recente no Facebook do município que diz: “O Presidente e os Vereadores a tempo inteiro, desejam um bom início de ano letivo”, os outros Vereadores não fazem parte do executivo? Eles é que não desejam um bom ano à comunidade educativa, só os que estão a tempo inteiro é que desejam um bom ano?” ---

Proseguiu **Pedro Gonçalves**: “O CDS-PP lamenta o estado em que estão alguns dos nossos espaços de jardins na zona norte, alguns já referidos por nós que até hoje continuam como estavam, completamente ao abandono assim como das estradas envolventes aos mesmos, sabemos que existem loteamentos não entregues, que não existem recursos financeiros, etc. etc. -----

As pessoas que ali queiram levar as suas crianças, ou que ali circulam, não querem saber se o loteamento com mais de 30 anos foi ou não entregue, a culpa não é dos cidadãos, eles querem poder ter um jardim para as pessoas, a degradação gera degradação, gera mau ambiente, não gera felicidade, o que gera mau ambiente e gera

infelicidade, não é bom para a população do Entroncamento e depois habilitamo-nos a que as pessoas vão morar para os concelhos limítrofes. -----

É uma situação que nos preocupa, não é nada pessoal, ainda esta semana me fizeram chegar uma fotografia de um jardim que está entre a rua Cidade de Penafiel e a rua Fernando Pessoa, que também é no mesmo loteamento do Jardim da rua José Afonso, que já tantas vezes aqui falei.” -----

Continuou **António Ferreira**: “ Queria apresentar duas questões: -----

A primeira prende-se com a zona envolvente ao Minipreço, a sujidade é grande, com muitos meses e se calhar anos e sugeria que se fizesse a limpeza e depois obrigar a área comercial a colocar ou reforçar recipientes para o lixo nas suas instalações. -----

A segunda questão prende-se com as 35 horas, a câmara de facto assinou um acordo com o Stal para a implementação das 35 horas e é um acordo que é bom, que não é como alguns acordos que foram assinados e que na prática são piores para os trabalhadores do que não ter o acordo, por exemplo a câmara da Barquinha e outras, que assinaram o acordo com banco de horas, flexibilidade, e todas as formas e feitios para enganar os trabalhadores, a nossa câmara teve esse mérito de não enganar os trabalhadores.-----

Que medo é que há de implementar esta medida, todas as câmaras da CDU implementaram a medida e estou convicto, se o Presidente for parar ao banco dos réus no tribunal, vão lá estar todos os trabalhadores a defende-lo, não tenho nenhuma dúvida disso.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, o senhor **Presidente da Assembleia** concedeu a palavra ao público. -----

Não existindo ninguém do público que quisesse intervir, entrou-se de imediato na ordem dos trabalhos. -----

ORDEM DOS TRABALHOS

PONTO NÚMERO UM

ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2015

Pediu a palavra **José Baptista**: “Uma questão ao executivo: O que é que é, um arquiteto civil? -----

Interveio **Telma Jorge**: “Não temos qualquer problema em viabilizar esta situação. -----

Havendo bastantes técnicos no quadro da autarquia, que estavam ocupados com um grande volume de obras públicas e privadas, há três ou quatro anos atrás e queríamos pedir mais alguma explicação sobre este reforço.” -----

Prosseguiu **António Rodrigues**: “Devido ao plano estratégico desenvolvimento urbano e face aos desafios que o Entroncamento tem pela frente, tendo em vista o acesso às verbas disponíveis no Quadro Comunitário Portugal 2020, houve necessidade de ocupar a vaga em aberto. -----

A vaga existia, houve um técnico que saiu e vai ser ocupado por outro com as mesmas qualificações, não havendo acréscimo de despesa com pessoal. -----

Fará parte das suas competências entre outras, o desenvolvimento das três áreas urbanas, nomeadamente: -----

O antigo bairro ferroviário, no centro da cidade; -----

Os bairros sociais, fundamentalmente o Bairro Frederico Ulrich; -----

O desenvolvimento dos planos de pormenor de urbanismo. -----

Foi este presidente do executivo que reduziu a despesa com pessoal em 6%. -----

Quando o mesmo executivo tomou posse há dois anos o número de funcionários era de 330, hoje são 300. -----

Esta redução de funcionários não é motivo de orgulho, antes pelo contrário, mas se o anterior executivo não tivesse deixado este município endividado até à ponta dos cabelos, provavelmente não teria havido a necessidade de os dispensar.” -----

Continuou **José Baptista**: “Fiquei atónito com a intervenção anterior, não percebi o que é um arquiteto civil, porque na proposta o que diz tecnicamente é a admissão de um arquiteto civil. -----

Nós sabemos que do quadro do município saíram várias pessoas, o senhor deputado disse que foi preciso dispensar vários trabalhadores da parte dos serviços urbanos, obrigado pela informação e depois discutiremos quantos engenheiros e arquitetos saíram. -----

Duvido que seja um arquiteto civil, se já está alguém para este lugar neste momento no espaço do município?” -----

Prosseguiu **Luís Grácio**: “De facto há uma diferença entre os arquitetos, há os paisagistas e provavelmente haverá os civis. -----

Faz falta ao município? Há candidatos? Vai haver um júri? Vai haver seleção? Qual é o problema?” -----

Foi concedida a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** que referiu: “ Queria dizer o que o senhor Luís Grácio disse, não percebo de facto de qual era a questão.? ----

Não se trata de aumentar o quadro de pessoal, trata-se sim apenas, de transformar uma vaga que era a vaga de uma pessoa que saiu, foi para o estrangeiro, era uma vaga na área da gestão do ordenamento do território e que o próprio chefe de divisão da área diz que nós não precisamos de ninguém com esse perfil, precisamos de alguém com o perfil de arquiteto. -----

Como também já aqui foi referido pela bancada do PS, há um conjunto de desafios que se colocam a este executivo, estamos neste momento a ultimar a candidatura ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, já aprovamos no executivo três áreas de reabilitação urbanas a que seguirá um conjunto de intervenções muito fortes em termos de ordenamento e gestão do território, nomeadamente o desenvolvimento das operações de reabilitação urbana. -----

Mais importante que isso, é a opinião do responsável da Divisão de Urbanismo e Obras, porque esse sim, tem uma evidência da necessidade desta competência. -----

Volto a repetir, não há aumento do quadro de pessoal, há meramente a substituição das características de uma vaga que existia e vai ser transformada noutra.” –

Referiu **António Ferreira**: “Nós tínhamos pedido um esclarecimento esse esclarecimento foi-nos dado. -----

Esperamos que no futuro com a dotação destes técnicos, estas ARU’s não vão parar a sociedades de reabilitação urbana, estamos a dar as condições técnicas para ser a câmara a gerir, ou então, irem parar às Comunidades Intermunicipais. -----

Vamos votar favoravelmente para que a câmara tenha condições, para ela própria gerir esta área.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO UM -----

O ponto número um “**Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2015**” foi aprovado por maioria com dezoito votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e cinco votos contra do Partido Social Democrata. -----

PONTO NÚMERO DOIS -----

AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 450.000 EUROS -----

Pediu a palavra **Sara Domingos**: “Nós numa sessão anterior já tínhamos aprovado a contratualização até um determinado montante de um empréstimo a curto prazo. -----

Este empréstimo até 450 mil euros não é mais que um instrumento de tesouraria que pretende uniformizar a entrada de receitas, uma vez que as despesas são homogéneas e as receitas têm picos coincidentes com os meses a seguir à cobrança do IMI. -----

Vai ser pago até 31 de dezembro de 2015, a taxa é atrativa, pelo que aprovaremos este empréstimo.” -----

Prosseguiu **José Baptista**: “Este empréstimo vem explicado que é solicitado tendo em conta as receitas futuras que a câmara vai receber até ao final do ano, ou seja, é feita uma perspetiva de previsão, se a câmara receber tudo bem, se a câmara não receber, paciência. -----

Se o imposto for cobrado e vier cá parar tudo bem, se o imposto não for cobrado paciência, e são 450 mil euros. -----

É uma gestão ineficiente e vamos votar contra.” -----

Continuou **Luís Grácio**: “O Bloco de Esquerda entende que isto não passa de uma mera medida de gestão financeira e de caixa. -----

Já aqui foi explicado inclusivamente pela bancada do PS, que há um conjunto de despesas correntes cuja receita prevista não está disponível e o que se está aqui a colocar, é que há duas formas de resolver isto, protelar o pagamento das faturas e pagar os respetivos juros de mora, ou fazer um empréstimo de maneira a que os custos financeiros sejam inferiores aqueles que iríamos pagar pelo atraso no pagamento aos fornecedores. -----

O que me parece um pouco estranho, é a afirmação do senhor José Baptista, que está a prever que não vai haver o imposto a receber, o que me deixa assustado.” -----

Interveio **António Ferreira**: “Nós noutras circunstâncias se calhar votávamos contra este empréstimo e dizíamos como já temos dito, é uma má gestão por parte da autarquia, noutras circunstâncias dizíamos isso, mas não é essa a situação, a situação é que o Governo exige e obriga o pagamento de todas estas dívidas atempadamente, para depois num âmbito mais geral limparem estas empresas para depois as privatizarem, isso acontece nas águas e nos resíduos. -----

Isto tem a ver essencialmente com as dificuldades que as câmaras estão a passar, os cortes nas transferências para as autarquias, as reduções que foram feitas, levam a que as câmaras neste momento não tenham capacidade para fazer face às suas necessidades. -----

A própria situação do imobiliário levaram uma diminuição drástica das receitas, com o IMT, as licenças de construção, licenças de loteamentos, etc., isto são vários milhões de euros se acumularmos isto por vários anos, com uma pressão enorme feita por parte da DGAL e das instituições, quem leu a informação da DGAL sabe que a câmara está novamente neste momento com dificuldades, o prazo médio de pagamento está nos 91 dias. -----

Espero que depois do dia 4 de outubro esta situação se venha a resolver.” -----

Referiu **Pedro Gonçalves**: Os moradores do Entroncamento devem ficar, ou muito enaltecidos por pensarem que são Portugal, ou muito pequeninos porque por tudo e por nada se fala aqui de política nacional em vez de política local. -----

Falando em política local e centrando o assunto, o CDS-PP não vê com maus olhos esta medida de gestão de caixa. -----

Porém, e sempre com a ressalva de que não se torne somente isto para simplesmente pagar algumas coisas, mas que se consiga no futuro aprimorar o orçamento e a verificar se se recebe dinheiro duas vezes por ano se possa receber algumas coisas, mas não vemos com maus olhos que se possa fazer este empréstimo e vamos votar favoravelmente.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS -----

O ponto número dois “**Autorização para a Contratação de um Empréstimo de Curto Prazo até ao Montante de 450.000 Euros**”, foi aprovado por maioria com dezoito votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e cinco votos contra do Partido Social Democrata. -----

Pediu a palavra **José Baptista**: “Para dizer que nós vamos juntar à ata uma declaração de voto em que apresentaremos o documento com o texto apresentado pela nossa vereadora, em que faz menção das datas de 20 de janeiro, 17 de fevereiro e 14 de abril, em que foram pedidas as várias antecipações de 100.000 euros, 285.860 euros e 620.000 euros, até esta para chegarmos ao voto contra. -----

Isto não nasceu do nada, nasceu de um trabalho já feito no executivo por três pedidos de receitas antecipadas que já foram feitas este ano, para além deste empréstimo agora. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO -----

“ Em 20 de janeiro foi deliberada uma antecipação de 100.000€ a corrigir em agosto – este mês. -----

Também em 17 de fevereiro foi deliberada a antecipação de 285.860€, a corrigir em agosto. -----

Depois, em 14 de abril, foi deliberada, com o seu voto contra, a antecipação de fundos de 620.000€, com correção no mês de dezembro (com previsão de disponibilidade de 714.323,37€ possíveis), tendo, à data, alertado para as dificuldades que poderiam advir da não concretização dos recebimentos esperados. -----

Hoje, é-nos apresentada uma proposta de decisão relativa a um empréstimo de curto prazo que poderá levar a que entremos em incumprimento, nos termos da LCPA, caso a verba prevista relativa ao IMI de dezembro não se concretize no montante da previsão ou aproximado, ou surjam outras contrariedades, como, por exemplo, aquela que resulta de decisão do Tribunal de Contas relativa ao empréstimo BEI e com que fomos confrontados no ponto anterior – efetivamente não houve autorização do TC para contrair empréstimos identificados pelos serviços em montante aproximado ao desta proposta. Nestes termos, não posso votar favoravelmente.” -----

PONTO NÚMERO TRÊS -----

1ª REVISÃO DO ORÇAMENTO PARA 2015 E GRANDES OPCÕES DO PLANO 2015-2018 -----

Pediu a palavra **Fernanda Alves**: “Esta revisão do orçamento vem no âmbito de uma proposta de apoio a ser dada aos Bombeiros e que não estava contemplada no orçamento e que faz todo o sentido vir a esta assembleia. -----

Gostaria também de congratular por estarmos em outubro e esta ser a 1ª revisão ao orçamento.” -----

Proseguiu **Pedro Gonçalves**: “Iremos votar favoravelmente esta revisão, porque acreditamos que tal como nós, o executivo se pudesse dar uma verba maior a esta associação que tanto vale aos nossos cidadãos também o faria, por isso, iremos votar favoravelmente.” -----

Continuou **José Baptista**: “A dotação que é aqui colocada em causa para ser aprovada são quinze mil euros destinados à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Entroncamento, creio que para a aquisição de duas ambulâncias. -----

Obviamente que não nos colocamos contra, sempre foi um apanágio deste município o apoio às associações e neste caso é a associação humanitária por excelência do município. -----

Neste momento e por força do Orçamento de Estado, os municípios têm uma contribuição anual para com as associações de Bombeiros e portanto, no orçamento de 2016, estou em querer que já terá tido em conta em orçamento e não necessitamos de fazer uma revisão.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS -----

O ponto número três “1ª Revisão do Orçamento para 2015 e Grandes Opções do Plano 2015-2018” foi aprovado por unanimidade com vinte e três votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO QUATRO -----

PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO IRS A LIQUIDAR EM 2016 -----

Pediu a palavra **Manuel Martins**: “Sobre este assunto não há muito a dizer. ----

Trata-se de uma fonte de receita dos municípios e se no passado não era ilegível que esta deliberação e comunicação fosse feita atempadamente, agora como passou a ser penso que esta assembleia não hesitará em votar favoravelmente este ponto.” -----

Interveio **António Ferreira**: “Os 5% de facto existem porque foram retiradas verbas aos municípios, penso que foi pelo atual candidato do PS, António Costa, que foi na altura retirado um valor aos municípios e em compensação foi-lhes dado a participação no IRS, que nunca compensou o valor que foi retirado. -----

Hoje andei por alguns serviços da câmara, a situação é preocupante com falta de pessoal, com alguma falta de meios e é necessário de facto que seja devolvida às autarquias a sua capacidade financeira e a sua autonomia financeira para que não haja uma situação de rotura nas câmaras e muitas delas já estão nessa situação.” -----

Proseguiu **Luís Grácio**: “De facto é uma prática comum do Governo Central, quando está com ansiedade de mostrar serviço, mete as autarquias a pagar, é o caso do IMI, o caso do IRS que é uma situação semelhante, ainda que com cores diferentes na tomada de decisão. -----

Estes 5% do IRS que são propostos serem as autarquias a gerir e a abdicar deles, tem tudo a ver com a política de diminuição de transferência de verbas do poder central para as autarquias, tem vindo constantemente a diminuir, com uma sobrecarga de encargos novos, nomeadamente na área da educação e noutras áreas. -----

Nós entendemos que o IRS a forma como está construído por ser um imposto progressivo e que tenta a equidade entre os trabalhadores e as pessoas que têm rendimentos do trabalho, não deve ser alterado por estas intervenções marginais.” -----

Continuou **Pedro Gonçalves**: “Nós o ano passado abstivemo-nos, mas este ano vamos mudar o sentido de voto e iremos votar favoravelmente. -----

Solicitámos o mapa das receitas do IRS e como houve um decréscimo, iremos votar favoravelmente, para que não se possa daqui a dois anos, dizer que o CDS-PP comprometeu o orçamento da câmara.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO -----

O ponto número quatro “Participação Variável do IRS a Liquidar em 2016” foi aprovado por unanimidade com vinte e três votos, sendo nove votos do Partido

Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO CINCO -----

APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO -----

Pediu a palavra **Pedro Gonçalves**: “Queria congratular a câmara pela inteira atividade da nossa reunião. -----

Houve um cidadão eleitor do Entroncamento, que mandou uma correção ao nosso colega Manuel Martins, dizendo que, se a pessoa paga a renda, têm que lhe passar um recibo, se passa recibo não pode ser a habitação principal.” -----

Interveio **Fernanda Rolo**: “Queria apresentar três questões: -----

Uma das questões, já começou o senhor António Ferreira ao falar na lixeira que está junto ao Minipreço, que julgo que não tem a ver com o Minipreço, mas sim com as pessoas e com a falta de limpeza também, porque junto às oficinas municipais, aquilo também é uma vergonha. -----

Estão a fazer obras das Águas do Centro na rua São João de Deus, há um ano que ela ficou partida, existe um grande buraco à saída do hospital, o passeio foi danificado pelas máquinas e está intransitável. -----

Gostaria de saber, porque é que durante o verão, não sei qual o motivo, de não funcionarem os repuxos existentes, acho que devia ser agradável pelo menos durante o verão.” -----

Prosseguiu **Rui Bragança**: “Queria congratular a câmara pelo início das pinturas das passadeiras, pelo menos na zona da avenida. -----

Queria chamar à atenção, não sei se o trabalho é definitivo, mas de facto não me parece que esteja a ser bem executado, porque junto ao Adágio existe uma passadeira já pintada e já está completamente escurecida, não sei se é a tinta que não é apropriada, se vai levar uma segunda de mão. -----

Também chamar à atenção, o lago junto ao mercado diário continua escuro, provavelmente a filtragem não está a ser feita.” -----

Continuou **José Leote**: “Queria congratular pelo facto de se ter assistido este verão a um esforço da câmara para que a nossa cidade fosse animada, houve de facto bastantes atividades dirigidas ao público jovem, estou-me a lembrar da noite jovem, noite branca, por entroculturas, houve de facto um conjunto de atividades não só para a música, mas também para o desporto. -----

Devemos reconhecer o esforço que a câmara faz para manter os jovens na nossa cidade durante a noite, porque há uns anos atrás muitos dos nossos jovens migravam para os concelhos vizinhos para se divertirem e mais uma vez a câmara tentou, conseguiu e está de parabéns.” -----

Referiu **Fernanda Alves**: “Queríamos dar os parabéns aos técnicos desta câmara que elaboraram a informação, pelo detalhe, pela competência apresentada, porque de facto estão bastante perceptíveis. -----

Dizer também da nossa satisfação de verificar a intenção que este executivo tem tido de reduzir o endividamento que se verifica, que muito nos apraz, a meta que se propuseram atingir está no bom caminho. -----

Verificar também a questão dos pagamentos em atraso, que já não existem e que muito nos satisfaz.” -----

José Baptista referiu: “Reconhecer que a senhora deputada do Partido Socialista, finalmente começam a reconhecer que os técnicos, os funcionários do município são de

qualidade, produzem documentos de qualidade e esperamos que agora finalmente tenha acabado a caça ao homem dia a dia e que os nossos funcionários tenham estabilidade suficiente para trabalhar. -----

Nós recebemos um documento esta semana sobre um acordo de regularização de dívida à EDP, este documento é para discussão, para informação ou conhecimento? -----

Se é para conhecimento, queria dar duas notas: -----

Fomos informados por e-mail que o município efetuará um acordo de regularização de uma dívida à Eletricidade de Portugal no valor de 246.290,11 euros, a dívida está prevista ser paga em agosto, outubro, dezembro e maio do próximo ano. -----

Queria perguntar ao senhor Presidente o que é que originou esta dívida e porque é que há um valor de 246.290,11 euros em eletricidade que não foram pagos e que agora têm que ser renegociados para se fazer um acordo. -----

Já agora perceber porque é que há um fosso desde dezembro para maio para a última prestação, que são seis meses depois do pagamento da terceira prestação. -----

Em segundo lugar, uma questão relativa ao prazo médio de pagamento no segundo trimestre de 2015, que pela documentação que recebemos da DGAL, o prazo médio de pagamento, passou de 84 dias em 31 de dezembro, para 91 dias em 30 de junho.” -----

Interveio **Ezequiel Estrada**: “Queria dar uma nota, que amanhã vai ser colocada uma informação no placard na ex-escola número dois, as futuras instalações da universidade sénior da freguesia de Nossa Senhora de Fátima e que as instalações estão a ser recuperadas com a colaboração da prestação de serviços da Câmara Municipal e com os encargos de todo o material de alguns milhares de euros, por parte da freguesia de Nossa Senhora de Fátima. -----

Amanhã vai ser colocada a indicação da sua previsão para ser inaugurado no dia 5 de outubro e que irá dar acesso a mais de trezentos alunos, esperando que se sintam bem naquelas instalações.” -----

Pedi a palavra **António Ferreira**: “Levanto aqui também a questão da iluminação pública, de facto gostaria de saber qual é a situação do processo ou do projeto que já foi falado muitas vezes da intervenção da iluminação nas ruas. -----

Chamar à atenção que não devemos descuidar algumas situações de algumas ruas, como por exemplo a rua Latina Coelho, que é necessário reforçar a iluminação, pelo menos enquanto não avançar o projeto.” -----

Proseguiu **Fernanda Alves**: “Pedi a palavra para simplesmente responder ao senhor José Miguel Baptista quando se referiu à minha intervenção, em que diz que finalmente a senhora deputada..., queria perguntar ao senhor deputado, quando é que alguém do PS alguma vez não deu valor e até pôs em causa algum técnico desta autarquia. -----

Devo-lhe dizer, que não lhe admito, se me permite, que me diga a mim pessoalmente, se alguma vez coloquei em causa o profissionalismo de algum técnico desta autarquia, em qualquer local. -----

Devo-lhe dizer que em meu entender e penso que posso falar em nome da bancada do PS, são maioritariamente os técnicos e os profissionais que trabalham nos diversos locais que têm muito valor, não são só os diretores de escolas, os presidentes de câmara, os docentes, não só as pessoas que estão nos altos patamares e, portanto, nunca ninguém desta bancada tirou o valor a qualquer técnico quer desta autarquia, quer de qualquer outro local, dentro da cidade do Entroncamento.” -----

Foi concedida a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** que referiu: “Vou procurar não ser muito longo. -----

Gostava de começar por referir a questão do IMI, de facto, penso que foi dito o essencial aqui, foi dito que se trata de uma medida claramente populista, uma medida eleitoralista deste Governo, na medida de que, tratando-se de uma receita dos municípios, também constitui, como disse o deputado António Ferreira, um claro ataque ao Poder Local. -----

Ele é populista porque foi identificada como uma medida para as famílias numerosas e como já foi aqui dito e bem por vários deputados, as famílias numerosas são aquelas que menos são apoiadas nesta proposta se fosse aprovada. -----

Como sabem, temos um compromisso, compromisso que temos vindo a cumprir e que vamos cumprir integralmente que é reduzir o IMI para todas as famílias e não apenas para algumas. -----

Já agora, nós hoje já somos dos concelhos do distrito com taxas do IMI mais baixas, nós neste momento temos 0,38%, Santarém por exemplo, que é o maior concelho do distrito, governado pelo PSD, tem uma taxa de IMI 0,50%. -----

Além disso, aprovámos em reunião de câmara e que vai estar em discussão pública, as três áreas de reabilitação urbana e nessa proposta de delimitação das áreas de reabilitação urbana, nós propusemos e foi aprovado a isenção total do IMI por cinco anos para prédios urbanos ou de reabilitação. -----

Também propusemos e foi aprovado, a isenção do IMT na primeira transação desses mesmos prédios, num claro apoio e incentivo à recuperação do nosso património degradado. -----

Vamos levar à discussão na câmara municipal, se porventura devermos, tendo em conta a discussão que aqui decorreu, se fará sentido nós darmos um pequeno incentivo na área de apoio às famílias numerosas e quando famílias numerosas são famílias com três ou mais filhos, não contarão comigo nem com o executivo do PS, para medidas demagógicas de apoio a famílias numerosas com um filho, ou com dois filhos.

Para termos a noção da dimensão desta medida, o IMI de 2014, de acordo com a informação das Finanças, a coleta de IMI relativamente às famílias com três ou mais pessoas no concelho do Entroncamento, foram de 24.279,27 euros, o que representa 1% ou menos da coleta de IMI. -----

Se nós aplicarmos a tal proposta de 20%, estamos a proporcionar um desconto de 20% sobre isto, estamos a proporcionar um desconto às famílias numerosas na sua totalidade de cerca de 4.800,00 euros, terá algum significado, mas para aquilo que se anda aqui a propagar não tem significado absolutamente nenhum, é muito mais importante o trabalho que estamos a fazer. -----

Durante os executivos anteriores e apesar das propostas feitas em assembleias municipais, nunca houve abertura para a redução da taxa do IMI. -----

Relativamente às questões da crise dos refugiados, obviamente que todos nós, cada um com a sua sensibilidade mais para um lado ou outro, chamando-lhe refugiados ou migrantes, são infelizmente pessoas que são obrigadas a fugir das suas vidas, das suas terras, por causa de um flagelo que é a guerra e obviamente que nós somos todos sensíveis, a câmara não tem por hábito gerir na praça pública, mas foi levantada a questão e esta assembleia merece esse esclarecimento. -----

No dia sete de setembro de 2015, enviei um e-mail ao senhor Presidente das Infraestruturas de Portugal, com a seguinte proposta: -----

“Segue em anexo o ofício endossado a Vossa Excelência da possível proposta de parceria no âmbito da responsabilidade social com o objetivo de podermos receber quatro ou sete famílias de migrantes na nossa cidade. Em anexo junto fotografias e localização das referidas habitações na Rua Engenheiro Ferreira Mesquita.” -----

Este officio propunha às Infraestruturas de Portugal que nós pudéssemos desenvolver uma parceria, em que as Infraestruturas de Portugal recuperariam casas do Bairro Ferroviário, neste caso, quatro ou sete casas e nós câmara, juntamente com a rede social, iríamos desenvolver esforços para integrar estas quatro ou sete famílias. -----

Posso partilhar convosco a resposta do senhor Presidente das Infraestruturas de Portugal: -----

“Meu caro Presidente. -----

Julgo a iniciativa interessantíssima, oportuna e viável, mas falaria consigo esta tarde para discutirmos detalhes.” -----

De facto, trocamos impressões e neste momento estamos a avaliar a concretização desta parceria que em tudo se orgulhará a cidade do Entroncamento e poderemos dar um contributo e simultaneamente contribuir com um objetivo que é importante, que é recuperar as casas ferroviárias e voltar a dar vida em algumas casas. -

Relativamente à questão do horário de trabalho, isto não é uma questão de gosto ou não gosto, é uma questão de cumprirmos a lei, nós temos vindo paulatinamente de acordo com aquilo que é a legislação em vigor, temos também uma reunião marcada para o dia oito de outubro com o STAL, onde iremos avaliar a evolução de todo este processo. -----

A questão do pavimento das áreas intervencionadas pelas condutas de saneamento que está a ser construída na cidade, é uma matéria que nos tem preocupado muito, sei que não serve de desculpa para isso, mas nós conseguimos recuperar um acordo, um compromisso que havia das Águas do Centro, que datava desde 2009 e que só agora é que foi colocada em prática e por nossa insistência que é a construção das condutas de saneamento. -----

Contudo, penso que até ao final desta semana se vão iniciar os trabalhos de repavimentação das zonas intervencionadas. -----

Quanto aos repuxos é uma questão que nós temos todo o prazer da água, mas havia uma questão que falava mais caro, um investimento de trezentos mil euros que foi gasto nos repuxos, tinha um contrato de manutenção de mil e novecentos euros por mês, com uma agravante de que, com esse acordo que foi feito, é um acordo que nos impedia a nós de substituir os técnicos no ligar ou desligar dos repuxos e estamos neste momento a encontrar uma solução alternativa para reduzir custos. -----

Sobre o que originou a dívida à EDP, nós já estamos habituados a algumas intervenções nesta assembleia, que são intervenções só para se fazerem ouvir. -----

De facto, a resposta a esta questão, é o endividamento que nós herdámos é que nos obriga a este tipo de acordos e de contratos e também para minimizar estes acordos, é que nós aprovámos na assembleia, na câmara e vamos realizar um financiamento a curto prazo, que são financiamentos de tesouraria e que tem apenas um resultado de diminuir os custos financeiros desta autarquia. -----

Já agora, relativamente à dívida da autarquia, devo dizer que dos quinze milhões de dívida, como podem verificar, a dívida total da autarquia neste momento, é pouco superior a doze milhões. o que quer dizer, que nós em dois anos conseguimos reduzir cerca de 20% da dívida e continuamos a manter níveis de investimento e obra igual ou superior à média dos últimos anos. -----

Quanto à iluminação pública, temos dado os passos necessários e adequados, às vezes com mais celeridade ou menos celeridade, mas devo dizer que ao nível do acordo de coesão que assinamos da ITI estão lá 400 mil euros de apoio FEDER, que pode alavancar o investimento perto dos 500 mil euros e esse investimento vai todo para a substituição das luminárias LED. -----

Uma das Áreas de Reabilitação Urbana dos Bairros Sociais, quando tiverem a oportunidade de ver o desenho dessa mesma ARU, faz na parte de cima parte dos bairros sociais, faz ali umas ligações e vão passar exatamente por esses jardins, porque é nossa intenção tentar encontrar financiamento para poder fazer face a isso, quando vai ser, ainda não sabemos. -----

Sobre o comboio da fruta, tem-se reiteradamente ouvido aqui nesta bancada e lamentavelmente já o afirmámos aqui várias vezes, penso que tem de haver aqui alguma decência quando se fazem afirmações tem que se ter algum respeito pelas entidades. Já dissemos aqui que não foi este executivo PS que acabou com o comboio da fruta, estava extinto quando tomámos posse, pensávamos que já não tivessem essa dúvida, mas se quiserem nós escrevemos e dizemos exatamente em que data é que esse programa deixou de existir. -----

Quanto ao apoio às crianças do 1º ciclo, devo dizer que na primeira semana de setembro, atribuímos verbas por sala num total de 800 euros para aquisição de material pedagógico que é claramente uma rubrica nova relativamente a apoios. -----

Quanto ao comboio da fruta, está a ser trabalhado a possibilidade de podermos aderir a um programa nacional dos heróis da fruta. -----

A varanda na rua 1º de maio foi alvo de diversas colisões de alguns pesados e por isso a proibição de circulação a pesados naquela rua, transmitimos a possibilidade de a câmara poder colaborar com a proprietária na reparação, porque pensamos que é justo fazê-lo e estamos à espera do contacto da proprietária. -----

Como é do vosso conhecimento, já pusemos ao serviço da cidade três novas infraestruturas, uma delas com uma pista pedonal que é a rua Elias Garcia e com iluminação LED, a extensão da avenida das Forças Armadas também com iluminação LED e a rotunda na estrada nacional 3 e os Casais Formigos e aí concluímos praticamente o saneamento, estando neste momento um conjunto muito reduzido de habitações na nossa cidade sem saneamento básico. -----

Uma outra nota, é que iremos durante esta semana ou na próxima, colocar ao serviço da cidade um novo espaço da urbanização chamado Saldanha Norte, um espaço que vai para além das infraestruturas para construção residencial conforme estava previsto no loteamento e incorpora uma área verde.” -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor **Presidente da Assembleia**, deu por encerrada a sessão quando eram zero horas e trinta minutos, do dia vinte e nove de setembro. -----

A presente ata, depois de lida e visada pela Primeira Secretária, vai por ela ser assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia:

A 1ª. Secretária:

A 2ª Secretária: